



VILA REAL STº ANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ATA N.º 01/2017

Ao décimo segundo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **Maria do Rosário Papafina Proença**, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, **Miguel Moreira da Costa** como Primeiro Secretário, **Alexandre Hermínio Drago Madeira** como Segundo Secretário, e os membros eleitos das bancadas do **PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA**, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, David Miguel Vasques da Silva, António José Cardoso Gomes, Maria Alexandra Martins do Livramento, Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, Luis Miguel Guerreiro Romão, Manuel da Conceição António, José Roberto Leitão Guerreiro, Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro, Rui João Gutierrez Setúbal, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita, Albertina da Piedade Fernandes Madeira, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Camarada Veia**, e conforme **Edital de 04 de janeiro de 2017**, reuniu em sessão EXTRAORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

**ABERTURA DA SESSÃO:** O 1º Secretário procedeu à chamada. No **PSD** registou-se a ausência de **José Carlos Barros** que foi substituído por **António José Cardoso Gomes** e de **Lara Sofia Vairinhos Rosa** substituída por **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa**. Na bancada do **BE**, **José Manuel Camarada Veia** substituiu **José Manuel Modesto Dourado** e na bancada do **PS**, **Ricardo José Madeira Cipriano** foi substituído por **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**.----  
Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.-----

*mult*

**Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro**, em nome da bancada do **PS** apresentou o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares: -----

*"O PS propõe um voto de pesar pela morte de Mário Soares, militante número um e fundador do Partido Socialista. Todas as palavras agora repetidas serão apenas uma sentida repetição das que, em todos os setores da vida nacional, são de forma unânimes proferidas acerca do homem, que ao defini-lo, é justo referenciar que foi um lutador político antes e depois do 25 de abril. Antes como lutador antifascista, o que lhe originou a prisão e o exílio, depois com toda a sua atividade política. Corajoso, manteve-se sempre na primeira linha para defender e consolidar a liberdade e a democracia, possuidor de uma biografia absolutamente incontornável ocupando os cargos mais relevantes como 1.º Ministro e Presidente da República. Europeísta convicto, detentor de uma visão estratégica que nos levou à adesão à Europa. Reconhecido pelos líderes europeus como uma grande figura da história recente – História do século XX. -----*

*Caraterizar o seu lado pessoal é sublinhar e realçar a sua autoria pela vida – um ser otimista, um amante das artes, da cultura, da ciência, um eterno apaixonado pela mulher que escolheu para partilhar a sua vida nos melhores e nos piores momentos. -----*

*Portugal e os portugueses estão de luto. Mário Soares deixa-nos fisicamente mas eterniza-se na História. Na História de Portugal, na História do mundo. Saibamos nós ser gratos e pintar com letras de ouro a imortalidade do seu legado". -----*

Este voto de pesar foi subscrito por todas as bancadas e de seguida foi observado um minuto de silêncio. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** afirmou que a bancada do PSD louva a figura do Dr. Mário Soares e que esta é uma perda de um bom português, um cidadão que deixa o seu papel e a sua marca na história. Sugeriu que, na primeira oportunidade, se atribua o nome de Mário Soares a uma rua ou largo de Vila Real de Santo António. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, em substituição, deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** e informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas, nomeadamente: mail da entidade Algarve Animal sobre um Projeto de construção de dois centros de recolha de animais; mail de "Os Verdes", sobre o projeto de resolução PEV – garantia de uma escola inclusiva, através da promoção da língua gestual; mail do Instituto Nacional de Estatística sobre o Retorno de Informação personalizada dos municípios; da AM de Tavira a Moção "Balsa, uma Herança Comum dos Europeus" e da AM de Aljezur, as Moções "40 anos das primeiras eleições autárquicas" e

B

“Em defesa do novo Hospital Central do Algarve”. Do Grupo Parlamentar do PCP, sete mailés com perguntas ao Governo, nomeadamente sobre a concessão da gestão e exploração do sistema Odeleite-Beliche, sobre o reforço do financiamento da Orquestra Clássica do Sul, sobre a regularização da contratação de profissionais que prestam serviço nos centros de saúde do Algarve, sobre os problemas nos serviços de ortopedia do Centro Hospitalar do Algarve, sobre a intervenção do PCP no debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2017, sobre o Orçamento de Estado com as medidas aprovadas ou contributos, sobre as obras de requalificação da EN 125 e sobre propostas de alteração. Ainda, do Grupo Parlamentar do PCP, as respostas do Governo às perguntas sobre a urgência na construção de um novo cais para as carreiras fluviais entre VRSA e Ayamonte e sobre a contaminação com legionela no Centro de Saúde e no SUB de VRSA. -----

Deu ainda conhecimento dos processos remetidos pela Câmara Municipal a esta Assembleia para conhecimento, documentos cujas cópias foram distribuídas pelas bancadas, nomeadamente: -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS, A ENTIDADE EXTERNA – RENOVAÇÃO 2016 – COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----
- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GINÁSTICA E MASSAGEM NA CASA DO AVÔ DE VRSA E MONTE GORDO – RENOVAÇÃO 2016 - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----
- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, DE GESTOR LOCAL DE ENERGIA, RENOVAÇÃO 2016/2017- COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----
- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESPORTIVOS, NA ÁREA DO DESPORTO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DA AUTARQUIA DE VRSA – CC1380/2016 - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----
- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESPORTIVOS, NA ÁREA DO DESPORTO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DA AUTARQUIA DE VRSA – CC1444/2015 - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----
- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA JUVENTUDE, NA MODALIDADE DE AVENÇA – CC1587/2016 - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----



- mult*
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA AÇÃO SOCIAL – CC1548/2016 - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
  - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL COM ESPECIAL INCIDÊNCIA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E EMPREENDEDORISMO – RENOVAÇÃO 2016/2017. -----

**2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – AJUSTAMENTO À MINUTA DO CONTRATO;-----**

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 3 de janeiro, com os votos contra dos Vereadores Luis Salas, Célia Paz e Vasco Vasques.-----

**Rui João Gutierrez Setúbal** opinou que este concurso seria mais ajustado para a construção de um espaço comercial e perspectiva de ter os polidesportivos cobertos daqui a trinta anos.--

**José Manuel Camarada Veia** afirmou que inicialmente parecia haver uma empreitada para conservação da zona adjacente do parque desportivo, o que seria uma ideia interessante de melhorias a fazer no embelezamento e no tratamento daquele espaço. Disse ainda que a construção de um edifício que vai servir para espaço comercial, com uma concessão para 30 anos e com uma empresa que apresenta um capital social muito baixo, são motivos **para** o BE votar contra. -----

**António Filipe Parra Martins** frisou que as alterações nesta minuta deviam estar sublinhadas/assinaladas para que facilmente se consiga interpretar o documento e que esta votação é o seguimento de um processo longo que, na opinião da CDU, não vem favorecer o concelho nem o Complexo Desportivo e desvirtua os objetivos com que o complexo foi criado. Acrescentou ainda que a CDU sabe que este exemplo não é único e que votará contra esta proposta. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** disse registar que as três intervenções foram curiosas, que o PS não acredita que se façam os polidesportivos, o BE invoca sistematicamente que desconhece determinados termos mas descobre que a empresa não tem capital suficiente para construir e que a CDU levanta desconfianças sobre um processo que é claro e transparente e que de acordo com a tramitação da contratação pública tem de ter estes ajustes. Concluiu que esses são meros argumentos que não têm sentido porque este tipo de processo representa a entrada de receita para o Município e a criação de postos de trabalho. Afirmou que o PSD não tem qualquer dúvida e que votará favoravelmente. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que na reunião de Câmara o PS e a CDU votaram contra mas que não podem negar que neste contrato está expresso que vão ser efetuados e renovados dois polidesportivos e que não se vão retirar espaços para a prática desportiva da população mas sim, melhorar os espaços porque, inclusivamente, um dos polidesportivos vai passar a ser semicoberto, o local vai ter um espaço comercial mas ao fim dos trinta anos vamos ter mais um polidesportivo. Sublinhou ainda que este processo é um contributo para a prática desportiva de qualidade no concelho e opinou que estes comentários levam a crer que os senhores deputados não querem que a população tenha melhores espaços para a prática desportiva. -----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** disse não ter percebido a intervenção da Vice-Presidente da Câmara Municipal quando disse que iriam ser três polidesportivos e perguntou onde é que nesses polidesportivos entra a unidade comercial.-----

**José Manuel Camarada Veia** afirmou que se trata de um parque desportivo e que o Modelo/Continente vai ter um espaço para construir um hipermercado na zona que está destinada ao parque desportivo, espaço que, na sua opinião, não foi cedido à Câmara Municipal para se construir superfícies comerciais. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros do PS, CDU e BE. -----

### **3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO NO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – SUBSTITUIÇÃO DE CAUÇÃO DE DEPÓSITO EM DINHEIRO POR GARANTIA BANCÁRIA; -----**

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 6 de dezembro, com os votos contra dos Vereadores Luís Salas, Célia Paz e a abstenção do Vereador José Cruz. -----

Não se registaram intervenções. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros do PS, CDU e BE. -----

### **4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM S.A.; -----**

Munt

Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 20 de dezembro, com o voto contra do Vereador José Cruz.-----

**António Filipe Parra Martins** opinou que este documento que será votado é algo similar ao votado no Verão porque a Câmara necessita de garantir, nos próximos três meses, os serviços de limpeza e recolha de resíduos, e adiantou: *“Chegámos a esta situação porque a autarquia deixou de ter a gestão direta destes serviços que se vão degradando, não há pessoal e os equipamentos estão degradados por falta de manutenção e falta de investimento. Consideramos que esta é uma privatização da gestão dos resíduos sólidos. Neste processo, num dos pontos, refere-se que o Município se depara com uma grande carência de recursos humanos uma vez que o IEFP não tem candidaturas disponíveis. A questão de fundo, na opinião da CDU, é a Câmara Municipal ter considerado que os programas ocupacionais poderiam colmatar as necessidades de pessoal e este foi um mau princípio”*. Referiu ainda que o processo de privatização das águas continua e que no concelho de Mafra, de maioria PSD, onde há vinte e dois anos foi privatizada a água, iniciou-se agora um processo de reversão por chegarem à conclusão que este é um setor que não pode estar na esfera privada. -----

**José Manuel Camarada Veia** disse que votaria a favor se a Câmara Municipal fizesse um contrato de trabalho por um ano a estes trabalhadores mas, por três meses, não concorda por este contrato não ser legal. -----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** frisou que estes três projetos inserem-se na política de privatização que a Câmara adotou e que a política de privatização não é boa porque a autarquia não tem capacidade para gerir e tem de recorrer aos privados, e acrescentou: *“As empresas grandes, para terem lucros, reduzem os postos de trabalho. Enquanto a Câmara privatiza estes setores, criam-se associações e cooperativas para fazerem frente às pequenas empresas do concelho que ficam na falência. As associações e cooperativas são formadas para dar lugar aos amigos e esta tem sido a gestão que a autarquia tem feito”*.-----

**António Manuel Cipriano Cabrita** referiu que a CDU, a nível local, revela sempre problemas com as empresas municipais mas que, no Município de Almada, gestão da CDU, não existe problema. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença**, afirmou que aquilo que **Vanda Fernandes** acabou de dizer pretende ser um ataque pessoal, e prosseguiu: *“Gostaria de deixar claro que não ganhei nenhum lugar como amiga, estou a trabalhar na UTL de forma voluntária desde há muitos anos. Entrei na UTL porque aquele*



*espaço ficou sem a pessoa que o geria. A cooperativa nasceu para que a Universidade dos Tempos Livres não encerrasse já que a Câmara Municipal não a poderia gerir por questões legais e por isso teria de haver uma cooperativa ou associação que de forma privada a gerisse. As pessoas que estão na cooperativa tiveram de pagar uma quota de 500€ para a fundar. A UTL é um centro de cultura e arte para muitas pessoas que não têm onde passar o seu tempo e apenas os formadores ganham para exercerem as suas funções”.-----*

**A Vice-Presidente da Câmara Municipal** dirigiu-se às bancadas da CDU e do BE para dizer que apesar dos programas ocupacionais serem medidas precárias, foram a única forma de cerca de 250 famílias não passarem fome, na medida em que estas famílias viveram com estas medidas que embora não dessem perspetivas de futuro, foram um meio de sobrevivência, significando igualmente a ocupação das pessoas e acrescentou: *“Não são os senhores que têm mais vontade do que nós de trazer estabilidade às pessoas”.-----*

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** pediu a defesa da honra alegando que quando falou não foi com o intuito de se dirigir a ninguém, e acrescentou: *“Como deputada municipal que sou, tenho direito a colocar aqui questões sobre o concelho e este não é caso único, porque falei também no caso das privatizações. Acho muito estranho que a Dra. Maria do Rosário se tenha sentido acusada. Apresentei apenas um caso genérico”.-----*

**António Filipe Parra Martins** afirmou que a utilização de desempregados serviu apenas para resolver problemas que a Câmara acumulou ao longo dos anos. Perguntou à **Vice-Presidente da Câmara Municipal** qual o motivo do atraso da entrega dos serviços à empresa Ecoambiente e acrescentou que a CDU é contra esta solução, alertando para os exemplos que vêm de outros municípios próximos sobre o trabalho com este tipo de empresas. Deu como exemplo a Câmara de Castro Marim que teve uma má experiência com a referida empresa e que a mesma, em Lagos, está a trabalhar com pessoas contratadas mensalmente com o salário mínimo. -----

**A Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou **António Martins** que o atraso deve-se ao facto de uma das entidades concorrentes ter posto uma providência cautelar, que se aguarda o desenrolar da situação, e acrescentou: *“Verifico que muitos de vocês estão contra a criação de postos de trabalho. Convido os senhores deputados da oposição para me acompanharem num dia de atendimento só para perceberem a aflição diária dos munícipes para pagarem as suas contas e terem dinheiro para comer”.-----*

**José Manuel Camarada Veia** afirmou que há pessoas que terminam os seus contratos com a Câmara e que com receio de que os mesmos não sejam renovados, continuam a trabalhar

*mult*  
sem receber, e acrescentou: *“Penso que não é razoável a autarquia favorecer a precaridade apesar de compreender o sentimento social da Sra. Vice-Presidente”*. -----

Sendo-lhe concedida a palavra, a **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu da seguinte forma: *“Eu tenho o Pelouro dos recursos humanos e tenho a minha consciência tranquila porque as pessoas não são exploradas por nós”*. -----

**David Miguel Vasques da Silva** adiantou a **António Martins** que existe uma impugnação legítima de um concorrente no concurso das águas, que o visto do Tribunal de Contas já chegou ao Município e todo o procedimento terá sido avalizado pelo TC e daí a legalidade. Disse ainda: *“Relativamente às acusações às associações e cooperativas considero que quando se acusa deve-se dizer os nomes e acusar nos sítios próprios. A grande maioria tem a consciência tranquila e um facto é que o município está cheio de gente que trabalha muito e nos vários mandatos”*. -----

Dirigindo-se à **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** disse-lhe que considera que a mesma não tem de se justificar já que não é enriquecedor nem para o Município, nem para a Assembleia ouvir uma justificação destas de quem está sentado na cadeira do Presidente da Assembleia Municipal, e acrescentou: *“Com toda a consideração que lhe tenho, penso que não se deve justificar. Devemos é aproveitar melhor o tempo que aqui estamos”*. -----

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra da bancada da **CDU** e a abstenção do membro do **BE**. -----

A bancada do **PS** apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----  
*“A bancada do PS votou favoravelmente por ter noção clara da rotura total dos serviços de recolha de resíduos sólidos, razões que são do conhecimento de todos e pela realidade dos erros acumulados ao longo dos últimos onze anos, não permitirem que o Município invista na renovação de equipamentos e de meios humanos que seriam necessários para o normal funcionamento dos serviços e por isso temos de votar a favor nesta proposta”*. -----

## **5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO PASSADIÇO SOBRELAVADO DA PRAIA DE MONTE GORDO – RETIFICAÇÕES ÀS PEÇAS PROCEDIMENTAIS;**

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 2 de dezembro com as abstenções dos Vereadores Luis Salas e Célia Paz. -----

**Rui João Gutierres Setúbal** perguntou se este ponto é o mesmo que foi apresentado em sessão de Câmara extraordinária realizada a 10 de fevereiro, e acrescentou: *“Pretendo saber*



de uma forma clara e inequívoca até que ponto esta proposta tem alguma relação com a proposta de dia 10". -----

**A Vice-Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se a **Rui Setúbal** explicou que sempre que há retificações e alterações das peças do concurso e de acordo com a lei as propostas têm de vir à Assembleia Municipal. Disse ainda que a proposta apresentada em reunião de Câmara de dia 10 refere-se à adjudicação da empresa para a construção do Passadiço e que essa não tem de vir à Assembleia. -----

**José Manuel Camarada Veia** perguntou qual o valor que vai ser gasto e se essas verbas são camarárias. -----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** solicitou esclarecimentos sobre as verbas consignadas e se as mesmas respeitam à construção do passadiço ou também à sua manutenção. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** disse ter ficado esclarecido mas que estranha porque se trata de uma retificação às peças procedimentais e neste documento não existe nada que refira o que foi retificado. Acrescentou: *"Não me sinto em condições de votar uma coisa que desconheço. Não é qualquer explicação que me seja dada agora que me irá elucidar"*. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** disse a **Rui Setúbal** que poderia ter solicitado antes essa informação adicional para poder analisar a proposta. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** dirigiu-se a **Vanda Fernandes** para dizer que existe um período de garantia e que esta obra não foge à regra e que depois desse período o proprietário terá de suportar os custos da manutenção. -----

**António Filipe Parra Martins** frisou que a intervenção da CDU foi baseada na experiência e na prática de qualquer cidadão vila-realense que consegue perceber que existem outros passadiços a degradar-se como é o caso do passadiço da Manta Rota. -----

**A Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que a autarquia concorreu a um fundo comunitário que pagará grande parte dos valores a gastar com esta obra. **A António Martins** explicou que se espera conseguir fazer a manutenção do passadiço e recordou que esta obra insere-se numa requalificação da praia inserida no POOC - Plano de Ordenamento da Orla Costeira. -----

**A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com a abstenção dos membros da bancada do **PS**, registando-se a ausência de **Rui João Gutierrez Setúbal** que afirmou não poder votar por não dispor de elementos suficientes para avaliar a proposta. -----

*mult*

## 6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REAJUSTAMENTO E ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2017; -----

Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 20 de dezembro, com as abstenções dos Vereadores Luis Salas, Célia Paz e José Cruz. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções das bancadas do **PS, CDU e PS**. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra para referir que apesar da oposição acusar o executivo de não ser favorável aos trabalhadores, este é um exemplo de que o mesmo se preocupa com os funcionários, na medida em que está a fazer a mobilidade para um encarregado que é responsável por cerca de quarenta pessoas no seu serviço. -----

## 7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO “MANUTENÇÃO DA CARGA FISCAL QUE INCIDE SOBRE O SETOR DO ALOJAMENTO LOCAL”; -----

Moção enviada pela bancada do PSD a esta Assembleia Municipal em 9 de dezembro de 2016.-----

**António Manuel Cipriano Cabrita** explicou que a apresentação desta Moção insere-se numa decisão tomada pelo PSD a nível regional de a apresentar em todas as Assembleias e que tem a ver com a solicitação de que não se incremente a carga fiscal no setor do alojamento local. -----

**António Filipe Parra Martins** afirmou valorizar este momento que é criado nas Assembleias Municipais e que as várias forças políticas podem e devem apresentar este tipo de documentos. Frisou ainda que o documento em análise tem um objetivo, sendo uma proposta para que o Governo tenha em conta o seu conteúdo no Orçamento de Estado que já está em vigor e que assim sendo, perde o efeito. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** respondeu que o PSD manterá a Moção tendo em conta que a mesma servirá para documentos futuros. -----

**Rui João Gutierres Setúbal** disse estranhar que esta Moção tenha sido apresentada pela força política que nas Assembleias Municipais sempre tem combatido a apresentação de Moções de carácter regional e nacional por parte da CDU, e acrescentou: “A apresentação de Moções é um direito que assiste a qualquer bancada ou membro da Assembleia Municipal. Esta Moção, por indicar um aumento de impostos e de carga fiscal, parece-me totalmente injusta. Esta alteração da carga fiscal não é sobre a totalidade do alojamento local mas sim



sobre um nicho do mesmo, referindo-se exclusivamente a apartamentos e moradias. Nos hostels e nas pensões há criação de postos de trabalho, ao contrário do que acontece neste tipo de alojamento. Aquilo que o Governo fez, foi fazer uma aproximação da taxa que um proprietário de uma casa paga em relação àquilo que um proprietário de alojamento local paga". Frisou ainda que esta proposta vem de uma bancada que, nesta Assembleia, aprovou o ataque ao turismo local quando aprovou a taxa turística que penaliza os agentes económicos locais colocando-os em desvantagem relativamente aos agentes económicos de terras vizinhas. -----

**António Filipe Parra Martins** afirmou que a bancada do PS deu uma ajuda importante no esclarecimento desta questão, e acrescentou: *"De facto, consideramos que o que está em causa é uma maior justiça da carga fiscal entre duas realidades – alojamento local e arrendamento. Em muitas cidades como Lisboa ou Faro, existe atualmente o esvaziamento dos centros urbanos pela substituição dos seus inquilinos com arrendamento à diária, conhecido como RB&B. Consideramos que a Moção não é adequada."*-----

De seguida fez a seguinte declaração: -----

*"Pese embora o facto da maior parte do alojamento local ser constituído por empresários em nome individual que sofrem dos mesmos males da maioria do tecido empresarial, sobretudo pequenas e médias empresas, este é de facto o grande problema, as dificuldades do tecido empresarial. Males que têm vindo a ser causados, sem dúvida, pelas políticas de direita que, de facto, não foram ainda derrotadas apesar de ter sido o Governo PSD/CDS, nos quatro anos do seu mandato, que se esmerou na sua prática provocando uma profunda ilusão económica e social, cujos contornos fizeram com que a nossa economia e os instrumentos que os desenvolvem batessem no fundo. Continuaremos a defender aquilo que sempre defendemos – os interesses e os direitos dos trabalhadores, do povo e das camadas sociais, onde se integram os micro e médios empresários. O PCP e a CDU são contrários à demagogia que aqui se coloca nesta Moção. O PSD que apresenta aqui esta Moção foi aquele que criou no concelho a taxa turística, pioneira na Algarve, e a taxa para o uso do espaço público que é o estacionamento".*-----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** perguntou a **Rui Setúbal** qual a semelhança entre esta Moção e as da CDU, na medida em que esta Moção fala em Alojamento Local e que os considerandos colocados neste documento não têm comparação possível com os que a CDU coloca no início das suas Moções, e acrescentou: *"O discurso da CDU já é antigo e está desatualizado. Nesta Moção não se faz ataques a nenhum Governo. Apenas tentamos que*



*seja reposta uma situação que consideramos desfavorável para quem se dedica ao alojamento local. Não podemos só analisar os ganhos diretos mas também os ganhos indiretos. Quanto mais pessoas conseguirmos atrair ao nosso concelho melhor, quer seja com alojamento local, quer seja através do turismo paralelo, que sabemos que não paga impostos. Os hoteleiros e os restaurantes ganham diretamente mas também o restante comércio ganha indiretamente.* -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** opinou que todo o raciocínio de **Rui Setúbal** foi feito na ótica do arrendatário e não de quem aluga e que a taxa turística não incide sobre os operadores turísticos mas sim sobre os clientes. Acrescentou que há outras formas de cobrar a taxa turística e de a incorporar no preço. Relativamente à Via do Infante referiu que se o PSD votou as portagens da Via do Infante num período de grandes problemas em que o país estava à beira do abismo, agora é tempo do atual Governo que afirma que o País está muito melhor, baixar os preços praticados, e afirmou: *"Nós não prescindimos de fazer aprovar esta Moção e vamos enviá-la aos grupos parlamentares para que tenham consciência que nós queremos que as pessoas ligadas ao alojamento local tenham alguém que as defenda"*.-----

**Rui João Gutierrez Setúbal** frisou que não é o facto de haver uma tributação deste tipo de alojamento local que vai diminuir ou aumentar o número de pessoas que vêm para o concelho e que o setor tem o nome de alojamento local por questões de lei porque antes qualquer licenciamento tinha de passar pela Direção Geral do Turismo e no decorrer da segmentação que foi necessária criou-se esta designação para criar licenciamento desta atividade. Disse ainda que esta lei da forma como foi feita reforça a equidade fiscal e que por isso o PS vota contra. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** sublinhou que não é por esta taxa que vamos ter mais pessoas. Perguntou a **Rui Setúbal** se acha que os parquímetros tiveram alguma influência e frisou que no ano transato o turismo aumentou muito. -----

**Luis Manuel da Rosa Fernandes** afirmou: *"Congratulo-me por ver o PSD a alterar o seu comportamento porque agora vem defender a redução fiscal"*. Considerou haver outras matérias em defesa do Algarve e de Vila Real de Santo António, que mereceriam mais atenção como a reforma fiscal, a retirada das portagens da Via do Infante e um novo modelo de financiamento das autarquias, entre outros. -----

Colocada a votação a Moção foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS, BE** e da **CDU**. -----

8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO “CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE NO PARQUE DAS CIDADES”. -----

Moção enviada pela bancada do PSD a esta Assembleia Municipal em 9 de dezembro de 2016.-----

**António Manuel Cipriano Cabrita** apresentou a Moção referindo que deverá ser tida em consideração que este assunto diz respeito a todo o Algarve já que o Hospital Central servirá todas as populações da região e afirmou que o estado da saúde no Algarve é complicado. ----

**José Manuel Camarada Veia** declarou que votará contra porque a construção do Hospital Central do Algarve é muito cara e que o PSD quando esteve no Governo não fez este Hospital porque o dinheiro fazia falta para outras coisas. Disse ainda que para os doentes do Algarve é preciso haver valências, que com a construção deste hospital não quer dizer que venha a haver as valências necessárias e que os Governos que têm estado a dirigir o país não têm feito o seu trabalho convenientemente. -----

**António Filipe Parra Martins** reforçou que a CDU é favorável à construção de um ou mais Hospitais no Algarve porque os serviços não funcionaram convenientemente nos últimos anos, não havendo resposta de forma a garantir um Serviço Nacional de Saúde Universal. Fez ainda a seguinte Declaração: *“A herança que nos deixou o Governo PSD e que contaminou muitas áreas da vida contaminou também a área da prestação de cuidados médicos. Enumeramos algumas das maldades significativas correndo o risco de deixar muitas para trás: o Governo PSD que transformou os hospitais em empresas médicas em processos de privatizações, promoveu o aparecimento de clínicas e hospitais privados tendo como objetivo a desarticulação do SNS, criam as condições para a diminuição ou até a não resposta face ao aumento da realidade de médicos, enfermeiros e outro pessoal técnico e auxiliar, criaram condições de funcionamento aos hospitais ao ponto de faltarem seringas, agulhas e linhas de sutura assim como outros materiais, piorou a prestação de serviços médicos no Algarve e as listas de espera bateram recordes que infelizmente continuam.* -----

*Mesmo neste quadro de enormes carências e tendo nas mãos os instrumentos da governação, dispondo das condições que hoje dizem existir e mesmo tendo o terreno do Parque das Cidades, o PSD não deu início ao processo de construção deste Hospital. Anunciam-se na Moção a construção de três hospitais – Lisboa, Seixal e Évora – certamente para colmatar situações de grande urgência que já existiam no período de governação do Governo PSD/CDS.* -----

*Autêntico*

*Podemos afirmar que temos sido, somos e seremos defensores da construção de um Hospital Central no Algarve munido das valências e meios que respondam a todos os cuidados de saúde a prestar, propostas do nosso programa apresentadas em Assembleia da República e que não foram consideradas pelo Governo PSD/CDS. -----*

*Mais uma vez o PSD traz propostas que enquanto foi Governo, meteu no saco dos papéis e que agora coloca-as na ordem do dia mas naturalmente repletas de demagogia e tenta enganar o povo. A proposta contida na Moção apresentada pelo PSD não é politicamente séria. Nesse enquadramento, o nosso voto não é contra a construção do Hospital mas sim contra o processo enganoso e demagógico posto em prática para avaliar responsabilidades daquelas que enquanto podiam ter iniciado o processo de construção do Hospital, não o fizeram". -----*

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** afirmou que não foi o PSD que criou as famigeradas PPS's da saúde e que todos sabem as privações em que o PSD/CDS governou durante quatro anos já que pegaram no país à beira da banca rota e que por isso não era permitido ao país fazer investimentos desta natureza. Acrescentou ainda: *"Eu acho que com os macro indicadores fabulosos, a dívida pública a descer vertiginosamente tal como é anunciado pelo atual Governo, haverá agora condições para começar a construção do Hospital". -----*

**Rui João Gutierrez Setúbal** assegurou que em cinco anos nunca viu essa defesa cerrada de construção do Hospital, tal como nunca viu a manutenção das infraestruturas do Algarve serem feitas, nomeadamente a requalificação da EN 125 e a saúde, e acrescentou: *"Não deixo de verificar que no primeiro ano de governação do PS, o PSD esqueceu-se do que aconteceu nos últimos cinco anos e quer que num único ano se resolvam todos os problemas que são muitos. É certo que estão a ser construídos três hospitais e que são definidas prioridades. Apesar de todas estas reticências relativamente à oportunidade, nós estamos dispostos a apoiar esta Moção desde que haja uma pequena correção – retirar 2017 e colocar 2018". -----*

**António Manuel Cipriano Cabrita** disse que a bancada do PSD aceita alterar a data incluída na Moção. -----

**Miguel Moreira da Costa** tomou a palavra para dizer: *"A minha reflexão é do ponto de vista político, aquilo que é missão também nossa. Qual é o papel político dos algarvios? Pergunto-me se a defesa de um Hospital no Algarve não devia ser uma constante. Seja qual for a força política a defender a necessidade de um Hospital no Algarve com todas as valências, isso é*



*sempre importante para o Algarve. O que é que nós estamos a fazer como políticos? Estamos a ser mandados pelos políticos de Lisboa. Seria bom pensar de que ponto de vista estamos a defender as nossas famílias, os nossos munícipes e os Algarvios, o Sotavento e a região do Algarve que é tão desprezada. Continuamente somos explorados, porque muitas vezes para um tratamento especializado temos de nos deslocar a Lisboa e isso tem custos associados. Nunca nenhum partido falou disso, inclusivamente em como os custos associados se devem refletir em IRS. O Algarve e as pessoas do Algarve estão continuamente, não só no serviço da saúde mas também na educação e do ponto de vista profissional, a ser prejudicados em relação ao resto do país. Não vamos justificar-nos com cores políticas porque se as portagens erram erradas numa altura, também o são agora e se a construção do hospital era uma necessidade, continua a sê-lo".*-----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos a favor do **PSD** e do **PS** e com os votos contra da **CDU** e do **BE**, tendo o **PS** votado a favor com a salvaguarda da alteração do ano de "2017" para "2018".-----

A bancada da **CDU** leu a seguinte Declaração de Voto: "A **CDU** votou contra esta Moção não pelos seus conteúdos mas sim pela sua conclusão. Estamos absolutamente de acordo com os considerandos e com a construção do Hospital Central do Algarve mas não estamos de acordo com a finalização da Moção. -----

Por outro lado, estamos contra o oportunismo do **PSD** que durante os anos em que foi Governo nunca se preocupou com esta situação, preocupou-se apenas em entregar a saúde a privados delapidando a saúde das pessoas e preocupa-se agora com esta Moção que é oportunista". -----

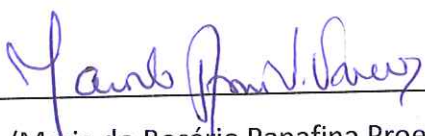
A bancada do **BE** leu e entregou Declaração de Voto. -----

Passou-se ao período de intervenção do público não se registando intervenções. -----

A Minuta da Ata foi lida em voz alta e colocada a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Não havendo mais nada a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal em exercício** deu por encerrada a sessão, pelas 00h00. -----

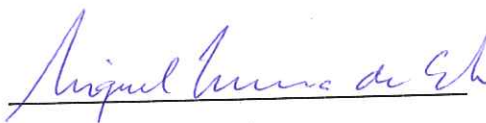
A Presidente da Assembleia Municipal,



(Maria do Rosário Papafina Proença)



O Primeiro Secretário,



(Miguel Moreira da Costa)



## Declaração para a Acta

Foi com estupor e incredibilidade que recebi da mesa da Assembleia Municipal o ofício datado de 3 de Novembro de 2016 com o numero de saída 2016/6157 dando conta da resposta dada pela ESSE Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, S.A. a uma alegado pedido de esclarecimento entregue na AM de 27 de Junho e complementado na AM de 8 de Setembro de 2016.

Se o teor do ofício por si só já é estranho, não menos estranha é a resposta da ESSE, por sinal não assinada, nomeadamente ao efectuar um juízo de valor sobre a minha pessoa quando refere, e cito, *“onde se destaca a posição singular de um Deputado deste Município que acaba por gastar os recursos deste Órgão Deliberativo de VRSA com uma questão carregada de incongruências e em interesse próprio”* e frequentemente confunde a empresa com o Município e com esta Assembleia.

Pior ainda o facto do Senhor Deputado Miguel Moreira da Costa na qualidade de 2º secretário deste Órgão Autárquico ter, ilegitimamente, questionado a empresa enquanto que, apesar dos inúmeros contactos que efectuei com a mesa pedindo a resposta ao requerimento que apresentei na AM de 8 de Setembro de 2016, não obtive qualquer resposta sobre as diligências efectuadas para exigir o cumprimento da Lei.

Na verdade, a mesa, em vez de zelar pelo cumprimento da Lei e de responder ao requerente dedicou-se de forma ilegítima a extravasar as suas competências pedindo um esclarecimento à empresa, omitindo factos e não relatando a forma, o contexto e o enquadramento da intervenção que efectuei.

É certo que:

- 1 – Questionei o executivo camarário e não a empresa;
- 2 – Referi que a viatura em causa era propriedade de uma empresa da qual sou sócio;
- 3 – Os factos então relatados predem-se com o disposto no artigo 9º do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada na Via Pública de Vila Real de Santo António e Monte Gordo, nomeadamente do seu nº 3 quando textualmente determina *“os detentores do Cartão Virtual de Residente/Comerciante só poderão estacionar gratuitamente nas zonas devidamente sinalizadas e autorizadas para o efeito”* para acrescentar no seu nº 4 *“a zona destinada preferencialmente a residentes e comerciantes na via pública de VRSA está definida no ANEXO I”*
- 4 – Na reunião de 27 de Junho de 2016 efectuei uma intervenção onde referi ter constatado a existência de residentes e comerciantes que utilizam indiferenciadamente qualquer local de estacionamento dentro da zona de estacionamento de duração limitada e que, na única vez que a viatura da empresa tinha ficado fora da zona denominada *“preferencialmente a residentes e comerciantes”* tinha sido sancionada e, terminei, referindo que considerava tal facto como tratamento discriminatório.
- 5 – Em resposta a esta questão o Senhor Deputado e, simultaneamente, Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara David Vasques, usou da palavra para afirmar que tal só poderia ter sido um erro uma vez que, apesar de o teor do regulamento ser o que referi, tinha sido negociado entre a Câmara e a ESSE a admissão de estacionamento a residentes e comerciantes em toda a área e não só na área inicialmente delimitada para esse fim.



mult

6 – No dia seguinte, como forma de poder pessoalmente certificar a alteração informada pelo Senhor Deputado David Vasques, dei indicações para que o estacionamento, nesse dia, fosse efectuado fora da área limitada;

7 – Pouco mais de 15 minutos após esse estacionamento foi colocado o aviso de pagamento por um dos funcionários do serviço de fiscalização da ESSE;

8 – Esperei até nova sessão ordinária, que se realizou no dia 8 de Setembro de 2016, para dar conhecimento aos restantes deputados de que não só reafirmava o que tinha dito na Assembleia de Junho como apresentava um documento de prova, a notificação da ESSE, que confirma que as afirmações do Senhor Deputado David Vasques não correspondiam com o que, de facto, estava a acontecer, pelo menos, em relação à viatura da empresa de que sou sócio;

9 – Tendo, finalmente solicitado que o documento apresentado fosse incluído na acta da sessão;

Ao omitir tudo isto e indicar o meu nome como proprietário da viatura na comunicação que enviou para a ESSE, o Senhor Deputado Miguel Costa omitiu e alterou, intencionalmente, factos relevantes tendo condicionado a resposta da empresa.

Acresce que a alguém que se candidata a um lugar político numa Assembleia Municipal exige-se que conheça as competências que o Órgão Autárquico tem, os seus direitos e obrigações.

Em lado nenhum da Lei ou do Regimento se refere a requerimentos e pedidos de esclarecimento que não sejam em relação ao próprio Órgão e, especialmente, àqueles a quem compete fiscalizar - Câmara Municipal e Empresas Municipais

Que se saiba a ESSE não se enquadra em nenhum desse tipo de entidades!

Logo, o Senhor Deputado Miguel Costa, enquanto secretário da Assembleia Municipal, extravasou as suas funções e o Senhor Presidente da Assembleia acabou, ao assinar o ofício, por dar cobertura a um acto ilegítimo.

Tenho de acreditar que tal foi feito com conhecimento de causa e por motivações pessoais, levando a que, quem lesse a missiva e a resposta, ficasse com a ideia de que misturo situações de carácter político com questões pessoais para obtenção, indevida, de vantagens. O que repúdio de forma veemente.

Tenho de dar como boa esta conclusão porque, a não ser assim, teria de admitir ignorância e desconhecimento da Lei por parte da Mesa, factos que não posso aceitar como plausíveis.

Sob o ponto de vista político as minhas intervenções tinham como únicos destinatários a Câmara Municipal e a bancada do PSD que suporta o Executivo Municipal.

Não posso, contudo, deixar de referir que ao despropósito político da intervenção do Senhor Segundo Secretário da Mesa junta-se outro, ainda maior, este de carácter pessoal uma vez que não dei, nem tensiono dar, qualquer procuração ao Senhor Deputado Miguel Costa para me representar em qualquer diferendo ou que me represente nos contactos com qualquer entidade, empresa ou pessoa.

Vila Real de Santo António, 24 de Fevereiro de 2017

*J. J. F. M.*



Assembleia Municipal de  
Vila Real de Santo António  
**DECLARAÇÃO DE VOTO**



**Ponto número 3:**

**Apreciação e votação da alteração ao Plano de Pormenor da Zona Poente de Expansão de Monte Gordo (PPZEPMG).**

Relativamente a este ponto o BE, tem a dizer o seguinte:

1 – De acordo com o PDM - Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António, aprovado pela Assembleia Municipal de VRSA e publicado no Diário da República, a zona de intervenção do referido PPZEPMG, tem prevista uma ocupação do solo ZTE – Zona Turística de Expansão, (Planta Síntese – Planta de Ocupação de Uso dos Solos – Zona de Monte Gordo – Aldeia Nova, anexo 1) à qual corresponde, de acordo com o Regulamento Municipal do PDM de VRSA, um índice máximo de construção de 0,5, (artigo 50º, nº 3, anexo 2).

2 – O PPEPMG, não está em conformidade com o PDM de VRSA, documento de planeamento, que lhe é hierarquicamente superior.

3 – Esta proposta, não pretende sanar esta irregularidade/ilegalidade, mas sim agravá-la, ao pretender destruir uma área destinada a Desporto, Recreio e Lazer, zona onde estão implantados dois campos de ténis, um campo de jogos, um restaurante da Associação de Mariscadores de Monte Gordo e muitos estacionamento, para lá construir uma unidade hoteleira.

4 – Os estacionamento existentes, são insuficientes, para o número de apartamentos construídos e esse número, não pára de aumentar.

5 – A CCDR - Comissão de Coordenação Regional do Algarve, no seu documento, falta à verdade, quando diz que “Aquando da elaboração do Plano de Pormenor da Zona de Expansão Poente de Monte Gordo foi aferida a conformidade com o PDM de VRSA de Santo António”. Pretendendo desta forma influenciar/iludir, os membros desta Assembleia Municipal, levando-os a pensar, que tudo estaria legal, a realidade é bem diferente.

**PELOS MOTIVOS INVOCADOS, O VOTO DO BLOCO DE ESQUERDA É CONTRA.**

Vila Real de Santo António, 24 de Fevereiro de 2017



Bloco de Esquerda – Vila Real de Santo António

Ponto 3

